

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ DIRETORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

RENATO MOREIRA DO ESPÍRITO SANTO

**O ENSINO A DISTÂNCIA NOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO
DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2020

RENATO MOREIRA DO ESPÍRITO SANTO



**O ENSINO A DISTÂNCIA NOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO
DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós-Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo UAB do Município de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientadora: Prof^a. Ma. Vanessa Hlenka

MEDIANEIRA

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

O ensino a distância nos cursos de aperfeiçoamento da Polícia Militar do Paraná

Por

Renato Moreira do Espírito Santo

Esta monografia foi apresentada às 10h10min do dia **26 de setembro de 2020**, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores a seguir assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Vanessa Hlenka
UTFPR – Câmpus Medianeira
(Orientadora)

Prof Dr. André Sandmann
UTFPR – Campus Medianeira

Prof. Dr. Lairton Moacir Winter
UTFPR – Campus Medianeira

Dedico a Deus em primeiro lugar, por ter me permitido chegar até aqui, à minha família, que é a minha base e minha fonte de busca sempre do melhor, e a minha instituição, Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo apoio na busca de novos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por ter me dado clareza, sabedoria e discernimento para vencer as dificuldades, sempre com espírito altruísta na busca de soluções viáveis para melhorar a qualidade do trabalho profissional;

A minha família, pela compreensão nos momentos de ausência que se fizeram necessários para a elaboração deste trabalho, pela dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda a minha vida;

A minha orientadora, professora Ma. Vanessa Hlenka, pelas orientações ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, sempre pronta a atender e esclarecer dúvidas, e ainda pelas contribuições acerca de seu conhecimento para melhora do estudo;

Aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Câmpus Medianeira;

Aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação;

A todos os que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta monografia, minha sincera gratidão.

“O futuro dos seres humanos depende da educação. Toda tecnologia e sua educação trabalhada hoje formam uma série de caminhos para o ser de amanhã percorrer” (LEONARDO TOMÉ).

RESUMO

SANTO, Renato Moreira do Espírito. **O ensino a distância nos cursos de aperfeiçoamento da Polícia Militar do Paraná.** 2020. 44f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

Este trabalho teve como temática os desafios e possibilidades do ensino a distância nos cursos de aperfeiçoamento dos Oficiais da Polícia Militar. Grande parte da carga horária do curso é teórica, e o policial é afastado do seio familiar e de suas funções por seis meses para a realização do curso e conseqüente progresso na carreira. O objetivo deste estudo é propor uma metodologia de ensino a distância adequada à realidade do curso, a fim de proporcionar aos cursistas o máximo de conhecimento com o mínimo de custo pessoal e financeiro. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e exploratória; os dados coletados e explorados por meio de entrevistas foram descritos e analisados à luz do referencial teórico, entre os quais Carvalho 2001, Costa 2004, Fernandes 2012 e Maia 2007, buscando proporcionar conhecimento acerca do processo de ensino na entidade policial no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Estado do Paraná. Foi possível concluir que via modalidade a distância é possível atingir os níveis de aprendizagem esperados no curso, desde que planejados as metodologias, o acompanhamento e a avaliação. Ressalta-se que o edital para o ano de 2020 do curso prevê a oferta de algumas disciplinas a distância, devido ao cenário do novo coronavírus, a Covid-19.

Palavras-chave: Educação a Distância. Polícia Militar. Metodologia. Tecnologia. Aprendizagem Organizacional.

ABSTRACT

SANTO, Renato Moreira do Espirito. **Distance learning in the improvement courses of the Military Police of Paraná: Perspectives and challenges.** 2020. 44f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2020.

This work had as its theme the challenges and possibility of distance education teaching in the improvement courses of Military Police Officers, since a large part of the course workload is theoretical, currently the police officer is removed from his family and his functions for six months to carry out the course and career progress. In this context, the objective of this study is to propose a Distance Learning methodology, adequate to the reality of the course, in order to provide the maximum knowledge with the minimum cost, whether personal or monetary. Justifying, therefore, the importance of this study to demonstrate the difficulties encountered by those who have already taken the course, and the benefits for the police, in the case of the course in distance education; also identifying the best methodology and whether all subjects could be taught at a distance. The methodology used to achieve the objectives was of a qualitative and exploratory nature, since the data collected and explored through interviews, were described and analyzed in the light of the theoretical framework, providing knowledge about the teaching process in the police entity in the Improvement Course of Officers. It was possible to conclude that, the distance learning modality is possible to reach the expected learning levels, if the methodologies are well elaborated, the monitoring and evaluation are planned and efficient, so much so that this work became viable, because during the elaboration of it, the public notice was published for the year 2020 of the course where it already provides the course modality with some DE subjects due to the scenario of the new coronavirus.

Keywords: Distance Education. Military Police. Methodology. Technology. Organizational Learning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados	26
Quadro 2 – Carga horária do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no período de 2015 a 2019	27
Quadro 3 – Quantitativo de oficiais formados e maior nota obtida no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no período de 2015 a 2019.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NO PARANÁ	14
2.2 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	18
2.3 EAD: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 LOCAL DA PESQUISA	23
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	23
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	24
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	25
3.5 ANÁLISES DOS DADOS	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	26
4.2 DADOS ESTATÍSTICOS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS 27	
4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	38
ANEXO	40
ANEXO A – EDITAL DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO ANO DE 2020	41

1 INTRODUÇÃO

Cada indivíduo passa por um processo de mudanças ao longo da vida, as quais são de extrema relevância para a formação de sua personalidade. A ampliação do autoconhecimento contribui para a qualificação do profissional na atuação de suas atividades.

Drucker (1998) aponta que a aprendizagem é fundamental para o progresso da carreira do indivíduo, contribuindo para a aplicação prática dos novos conhecimentos na instituição em que este se insere, fator estratégico para a manutenção e melhoria dos processos operacionais de cada organização.

O desenvolvimento do indivíduo na organização, por sua vez, traz benefícios não somente em nível pessoal, mas também organizacional, pois proporciona uma ampliação dos conhecimentos individuais e coletivos, facilitando o alcance dos objetivos de ambos, pessoa e organização. Vale destacar que para o indivíduo ampliar seu conhecimento do nível individual para o coletivo é preciso um ambiente compartilhado para a replicação desse conhecimento como um todo.

Com base em uma cultura organizacional pré-existente, a aprendizagem organizacional deve acontecer para todos aqueles que se encontram inseridos na organização, para que adquiram e repliquem os novos conhecimentos e melhorem os processos organizacionais, transmitindo-os para os demais que compõem a organização. O compartilhamento do conhecimento se concretiza como múltiplas formas de informação disseminadas que geram uma nova forma de conhecimento (TIDD, BESSANT, 2009).

Em se tratando de formação individual e profissional, o Curso de Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Paraná tem por finalidade a capacitação do policial com carreira sólida na instituição. Visa proporcionar ao Oficial de Polícia a aquisição de novos conhecimentos, para que progrida na carreira e replique os conhecimentos adquiridos em suas ações diárias. Nessa complexidade, busca-se aliar o conhecimento prévio sobre suas ações com os novos conhecimentos adquiridos, melhorando e otimizando os resultados na própria organização militar.

Atualmente, os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná ocorrem uma vez ao ano, sendo necessária a realização de uma prova escrita para aprovação no concurso, bem como o cumprimento de requisitos

específicos para seleção e realização. Tem duração aproximada de seis meses, sendo ministrado presencialmente na cidade de São José dos Pinhás, PR; por essa circunstância, o policial tem que se afastar do seu trabalho e muitas vezes de sua família para realizar o curso.

Na modalidade de ensino a distância (EaD) no Brasil e no mundo, a obrigatoriedade da presença física do aluno é minimizada, facilitando a difusão do conhecimento em larga escala. Devido à possibilidade de as disciplinas serem ensinadas a distância, neste estudo pretende-se avaliar as dificuldades e perspectivas na realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná nessa modalidade.

Uma vantagem imediata da implantação do EaD no referido Curso seria a permanência do Oficial em suas funções durante sua realização, bem como a ausência de seu afastamento familiar e a redução de custos operacionais com a migração para essa modalidade. Pontua-se que o EaD possibilita ao estudante a organização, a escolha do local e a flexibilidade dos horários de estudos. Além disso, geralmente há oferta de amplo material didático e meios de comunicação com utilização apropriada de metodologias, sem precisar sair de casa.

A esse respeito, Carvalho (2001, p. 23) assinala que:

Muitos profissionais de empresas e da área de educação estão conseguindo melhorar a sua capacitação, inclusive com cursos de Mestrado, incentivados pelas entidades onde trabalham e obtendo tais cursos no próprio local de trabalho. Seria inviável para estes profissionais conseguirem a dispensa do dia de trabalho em suas entidades, para poderem cursar, por exemplo, cursos de pós-graduação em período integral, como os oferecidos nas Universidades públicas, sem contar o problema de deslocamento entre diferentes cidades.

Diante desse panorama, uma das questões norteadoras deste estudo é: Quais os benefícios que a modalidade a distância aplicada ao Curso de Aperfeiçoamento da Polícia Militar no Paraná pode trazer para o profissional, à instituição e à sociedade em geral?

Ao se considerar que o EaD é uma realidade no Brasil há algumas décadas, sendo ainda mais necessária no momento atual de pandemia, neste trabalho pretende-se demonstrar as possibilidades viáveis para a capacitação do quadro efetivo dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná mediante recursos tecnológicos que possibilitem o estudo em ambientes favoráveis para o aperfeiçoamento cognitivo da

Corporação, assim como a utilização de vídeo aulas e leitura de textos complementares para facilitar o aprendizado.

A escolha desse tema se deu porque o modelo atual de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar na modalidade presencial requer do profissional o afastamento das suas funções pelo período de seis meses, como assinalado, causando-lhe prejuízo social devido à falta de vários profissionais no Estado do Paraná, fato preocupante, uma vez que a Segurança Pública é de primordial importância para a garantia da ordem e do cuidado social de modo geral.

Outrossim, o afastamento familiar para a realização do Curso é um dos motivos pelos quais alguns policiais aguardam muitos anos para o avanço na carreira, e a decisão pela inscrição no curso é do próprio policial, após cumprimento dos requisitos exigidos. Outro aspecto negativo dos cursos presenciais são os custos gerados para a instituição, pois todo o gasto do policial na academia durante sua permanência é de responsabilidade do Estado.

Diante do exposto, no presente estudo intenciona-se propor uma metodologia de ensino a distância adequada à realidade do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar a fim de propiciar aos cursistas o máximo de conhecimento com o mínimo de custo, seja pessoal, seja financeiro.

Justifica-se a importância deste estudo para demonstrar as dificuldades encontradas por aqueles que já realizaram o referido Curso e os benefícios para a entidade policial no caso da implantação da modalidade a distância, e objetiva-se identificar a melhor metodologia de ensino e se todas as disciplinas do Curso poderiam ser ministradas dessa forma.

Além da viabilidade do EaD no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, apresentam-se relatos de policiais concernentes às dificuldades na realização do Curso presencial e as possibilidades de aprendizagem organizacional a partir do EaD. Apontam-se os custos e o impacto social, organizacional e individual da mudança do Curso do ensino presencial para o ensino a distância e os elementos necessários para sua implantação no sistema de ensino da Polícia Militar do Paraná.

Neste estudo, empreende-se uma reflexão sobre a história da polícia militar no Brasil, e de que forma o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná foi estruturado, como também os desafios para a implantação desse Curso na modalidade a distância.

Ainda de forma qualitativa e exploratória, vários dados concernentes ao tema foram coletados, através do método de entrevistas semiestruturadas aplicadas, a quatro oficiais que já frequentaram o Curso. Nesse sentido, observaram-se elementos importantes, que subsidiaram a propositura de soluções viáveis para a problemática ora apresentada.

Este trabalho se estrutura em cinco tópicos, sendo o primeiro introdutório, que contempla a temática, a situação problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos. No segundo tópico, discorre-se sobre a fundamentação teórica utilizada. No terceiro, versa-se sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados deste estudo. No quarto tópico, apresentam-se os resultados, e por fim, no último tópico, tecem-se as considerações finais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico, discorre-se sobre a fundamentação teórica empregada neste estudo, abordando o contexto histórico da Polícia Militar no Paraná e do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais nesse Estado. Na sequência, empreende-se uma abordagem relativa à modalidade de ensino a distância, seus desafios e perspectivas.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR NO PARANÁ

A Polícia Militar é uma instituição que surgiu no ano de 1809 e conta atualmente com vinte e sete forças de segurança no Brasil, uma para cada Estado. Seu objetivo é a garantia da segurança pública de toda a população através do policiamento ostensivo. Organiza-se de forma hierarquizada, servindo ainda como força auxiliar do Exército Brasileiro, pois caso necessário, pode ser solicitada para ajudar as Forças Armadas (ANTUNES, 2020).

Para melhor compreender a constituição da Polícia Militar, a organização de seus níveis hierárquicos e os progressos de carreiras é preciso conhecer o contexto histórico e sua inter-relação com os cenários econômicos e políticos do Brasil, haja vista tratar-se de uma instituição com poder centralizado, com normas e procedimentos rígidos e um sistema autoritário.

Ao percorrer a história das Polícias Militares no Brasil, observa-se que seu início ocorreu por volta do século XIX, culminando com a vinda de D. João VI ao Brasil, em que se fez necessária uma guarda para realizar a segurança do rei no país. Um ano depois, foi criada uma guarda com o mesmo tipo de roupa e estrutura da guarda real de Portugal, com armas e utilizando cavalos como meio de locomoção (SOARES, 2006).

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a cidade foi nomeada capital do Brasil na época, aumentando assim a população, sendo preciso aumentar também a proteção da realeza através de uma guarda real. Nas províncias foram

criados corpos militares, como no Estado de Minas Gerais, o primeiro a receber policiais, seguido do Pará, Bahia e Pernambuco (SOARES, 2006).

Nessa direção, Sousa e Moraes (2011, p. 04) afirmam que

[...] como resultado da ineficácia no gerenciamento das crises da época (século XIX), a Guarda Real foi extinta, seus oficiais redistribuídos pelas unidades do Exército e os praças dispensados do serviço. Em seu lugar, no mesmo ano, foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

Em 1889, com a Proclamação da República, houve uma nova ordem política, sendo efetuada uma reorganização no aparato repressivo do Estado. Sem grandes alterações com a vinda da República, se compôs a classe dominante, criando uma nova política, impactando as relações das elites políticas, classes dominantes e subalternas (COSTA, 2004).

Com o advento da abolição da escravidão no Brasil, houve a instalação do sistema agrário, e com o crescimento acelerado da população muitas outras cidades surgiram, resultando em significativas alterações nas instituições policiais (COSTA, 2004).

Desse modo, era emergente a implantação de novos mecanismos e instrumento de controle da sociedade. Holloway (1997, p. 38) explana que:

Sob forte influência do direito positivo, o Código Penal foi reformado em 1890. Uma vez que a ênfase deveria recair sobre o criminoso e não sobre o ato criminal, o novo código passou a dar maior importância às práticas comuns das ditas classes perigosas como vadiagem, prostituição, embriaguez e capoeira. A ideia era permitir um melhor controle dos grupos perigosos, na medida em que seus hábitos passaram a ser considerados crime.

No ano de 1930, com o golpe ocorrido e Getúlio Vargas assumindo o poder, chegou ao fim a Primeira República, que fora destruída por outras correntes contrárias aos ideais da Primeira República. O objetivo de Vargas foi realizar um novo governo forte o suficiente para conduzir a nação a novos tempos, consolidando-se como governo extremamente autoritário, com centralização do plano federativo (CARVALHO, 2007).

Nesse período, a polícia assumiu um papel importante na manutenção e construção do autoritarismo instaurado por Vargas, o qual ampliou o papel e a atuação da polícia, pois buscou controlar grupos políticos dissidentes. Tal controle e monitoramento eram feitos pela polícia; foram substituídos diversos policiais por

agentes de confiança do presidente, resultando em mudanças significativas na Polícia Civil do Distrito Federal (CARVALHO, 2007).

A constituição da polícia militar passou por muitas alterações, e no ano de 1934,

[...] foi implementada uma ampla reforma na estrutura da Polícia – Decreto nº 24.531, de 2 de junho de 1934. Além de redefinir funções e responsabilidades dos quadros, ampliou-se o poder do Chefe de Polícia e se expandiu a estrutura policial. Como resultado dessas reformas, a chefia de Polícia suplantou a estrutura do Ministério da Justiça e exerceu poder direto sobre os órgãos de repressão federais e estaduais (COSTA, 2004, p.56).

No governo de Vargas havia um tripé no tocante à repressão política. A polícia tinha um objetivo político; era detentora da legislação penal dos crimes políticos e das demais legislações previstas pelo Tribunal de Segurança Nacional, e as decisões de todas as instâncias eram centralizadas no presidente.

O uso de armas e treinamentos com manuseio destas somente poderia acontecer com autorização do Exército brasileiro, tornando o poder sobre os policiais ali centralizado, gerando uma defasagem de tecnologia, cujos reflexos são sentidos até os dias atuais em relação ao uso de armamentos (FAORO, 1997).

Após a Era Vargas, teve início o regime militar que durou entre 1964 a 1985. Seu auge foi o golpe militar, quando o país foi conduzido por civis e militares, com atuação em larga escala das Forças Armadas (CARVALHO, 2007).

No período caracterizado pelo regime militar, foram utilizados armamentos e policiais para contenção da oposição política, o que culminou no abuso de poder e diversas prisões, repressões e torturas (COSTA, 2004). Todavia, os policiais não foram os únicos responsáveis pela repressão, esses atos também foram realizados pelas Forças Armadas, que detinham o controle do poder, e as coerções eram de cunho político-ideológico (COSTA, 2004).

No ano de 1967, foi instituída a Constituição Federal, que:

[...] seguindo a tradição brasileira, manteve as Polícias Militares como reserva e forças auxiliares do Exército. Entretanto, introduziu uma novidade: a fim de facilitar o controle do aparato policial, extinguiu as Guardas Cívicas e incorporou seus efetivos às Polícias Militares, que passariam a ser as únicas forças policiais destinadas ao patrulhamento ostensivo das cidades e sob tutoria do Exército brasileiro (SOUSA; MORAES, 2011, p. 10).

No ano de 1967, foi criada a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Ministério do Exército (IGPM) pelo Decreto-Lei nº 317, de 13 de março de 1967, e Decreto-Lei nº 667, de 2 de junho de 1969, para realização do controle e supervisão das Polícias Militares dos Estados. Coube à inspetoria o estabelecimento de normas para organização policial, bem como controle de oficiais dentro das academias (CARVALHO, 2007).

A inspetoria analisava currículos, planejava os treinamentos, elaborava regulamentos, manuais e disponibilizava armamentos, além de selecionar a promoção ou não do policial. O critério utilizado para seleção era a influência que tal escolha acarretaria na organização policial (CARVALHO, 2007).

As repressões receberam muitos nomes, e para aumentar o aparato policial, no ano de 1967 foi decretada a Lei de Segurança Nacional (LSN), que dispunha dos tipos de crimes que violavam a Segurança Nacional. Essa Lei trouxe consequências destruidoras para a liberdade individual, pois eram os militares que julgavam os crimes (FAORO, 1997).

No ano de 1985, chega ao fim o período da ditadura militar, e no ano de 1987 foi implantada a Assembleia Nacional Constituinte, a qual, de acordo com Faoro (1997), trouxe muitas inovações e mudanças em relação à segurança pública, diferentemente da Constituinte de 1934, instaurada em período anterior.

As principais mudanças constitucionais foram em relação ao sentido de prevenção, por meio da inclusão de gestão participativa da população para solução dos problemas da violência e da criminalidade. No artigo 144 da Constituição Federal consta que “A segurança pública é dever do Estado, sendo direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2010, s.p).

A Constituição de 1988 trouxe muitas alterações. Ali consta o desejo de uma sociedade livre e justa, e são descritos os direitos e deveres dos cidadãos, com a assertiva que a nação precisa se desenvolver e que a dignidade humana deve ser garantida em todos os meios. Ainda no que tange à segurança pública, o Estado deveria ser capaz de garantir a manutenção da ordem e do respeito à dignidade da pessoa humana e aos próprios direitos humanos (CARVALHO, 2007; SOARES, 2006).

2.2 CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná possui vários níveis hierárquicos, e para adentrar na academia para a primeira instância como Oficial de Polícia, é necessária aprovação em concurso público através do vestibular da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Após conclusão do curso de formação de oficiais na academia do Guatupê, PR, e cumprimento de requisitos internos, para galgar os postos mais altos da Organização Militar o Oficial tem obrigatoriamente de realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar, objeto de estudo deste trabalho.

O referido Curso teve sua deliberação no ano de 2010, por meio da Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014, e em seu artigo 2º dispõe que:

O ensino militar estadual obedecerá a um processo contínuo e progressivo de educação sistemática, constantemente atualizado e aprimorado, o qual se desenvolverá desde a formação inicial até os graus mais elevados de especialização e aperfeiçoamento, envolvendo teoria e prática (PORTARIA DO COMANDO-GERAL n. 330, p. 01).

Os cursos de aperfeiçoamento da Polícia Militar visam atualizar e ampliar os níveis de conhecimentos técnico-profissionais necessários ao “exercício e desempenho das diferentes funções institucionais, inclusive daquelas específicas dos oficiais superiores e, de graduações específicas da Corporação” (PORTARIA DO COMANDO-GERAL n. 330, p. 07). Ocorrem uma vez ao ano, sendo necessária aprovação em uma prova objetiva; os aprovados vão para a academia de polícia na cidade de São José dos Pinhais, PR, e os cursos têm duração de seis meses; o policial fica ausente de suas funções por esse período para se dedicar exclusivamente aos estudos.

Atualmente, a metodologia adotada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná prevê aulas teóricas e práticas, e em cada versão há disciplinas que podem ser alteradas de acordo com a demanda institucional. Vale salientar que, no ano de 2020, devido à pandemia, o referido Curso poderá não ser ofertado, haja vista a necessidade de aulas presenciais com aglomeração dos alunos em salas de aulas convencionais.

Nessa dinâmica, caso as disciplinas teóricas fossem ministradas na modalidade a distância, acredita-se que não haveria prejuízo no processo de

formação dos policiais, assunto tratado a seguir sobre a possibilidade de alteração das mudanças de ensino frente às novas atualizações tecnológicas.

2.3 EaD: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O ensino a distância é uma opção viável para a qualificação pessoal de funcionários públicos e privados devido a sua praticidade, universalidade e baixo custo. Tal entendimento é seguido por uma corrente de educadores, e especialmente no anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância pode-se melhor entender como isso funciona:

Alcançar o funcionário-aluno onde quer que ele esteja, na matriz ou em pontos remotos do país. Essa é a maior vantagem do EAD para quase 90% das empresas. A flexibilidade de tempo para o aluno e a redução de custos são os outros motivos mais apontados para a adoção deste conjunto de técnicas (SANCHES, 2007, p. 118).

É crescente o número de empresas que têm buscado ampliação do conhecimento via metodologias a distância. Pontua-se que a Corporação da Polícia Militar do Paraná vem entendendo que o ensino a distância se tornou o meio mais viável para a qualificação de seus colaboradores, não somente pelo fator de redução de custos, mas pela possibilidade de um treinamento com maior flexibilidade de horário e lugar.

Nesse sentido, Fernandes (2006, p. 21) enuncia que,

Na esfera empresarial, é grande o número de organizações ou empresas que investem no EAD, como forma de suprir as necessidades de formação e atualização continuadas do seu corpo funcional e da cadeia de valor.

A formação continuada deve sempre buscar a melhoria da capacidade cognitiva dos funcionários e colaboradores envolvidos no processo, priorizando o ensino e a aprendizagem de qualidade. Também deve ser capaz de incutir no indivíduo um olhar diferente e transformador, haja vista a percepção de novos conceitos até então ignorados.

Becker e Marques (2002, p. 96) dissertam que:

[...] as possibilidades do ensino à distância devem ser concebidas dentro dos caminhos abertos pelas epistemologias críticas e pedagogias relacionais que apostam no desenvolvimento do sujeito pela sua própria atividade cooperativa.

Nesse cenário, os recursos tecnológicos são ferramentas indispensáveis para a viabilidade do ensino a distância, e tanto o serviço público quanto o privado devem acompanhar a dinâmica de ensino global, adaptando a didática convencional à avalanche de informações disponíveis a qualquer pessoa. Nesse pensamento está a viabilidade do uso da tecnologia como uma das formas para aprimorar as técnicas de ensino e aprendizagem, buscando melhorar o desempenho intelectual dos estudantes do país. A resistência em não olhar por esse horizonte pode acarretar um atraso educacional em comparação a outros países.

O minidicionário da língua portuguesa Silveira Bueno define a educação como “um ato ou efeito de educar ou um aperfeiçoamento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, além de um conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito” (1996, p. 225). Essa acepção pode ser mais bem explicada pela sociologia da educação como algo bem mais amplo e que se relaciona na forma em que as diversas culturas se reproduzem. Essa cultura, por seu turno, sempre terá uma relação direta do aprender com o fazer; sendo assim, é possível entender a educação de uma maneira socioeducacional e compreender verdadeiramente seu conceito.

A educação se desenvolveu a partir dos relacionamentos e troca de informações. No livro de Gênesis, Bíblia Sagrada (2008, Cap. 3, versíc. 11-19), consta que a educação formal se deu a partir da dialética entre Deus e Adão no que se referia a normas e padrões de conduta. Na Idade Média, a educação formal foi de total responsabilidade da Igreja, que realizava o processo de ensino e aprendizagem por meio de escolas, nos mosteiros.

Brandão (1995) declara que na atualidade a educação se utiliza de diversas tecnologias para sua construção, porém o relacionamento interpessoal, as trocas de informações e de conhecimento se fundem com o processo de aprendizado. De maneira formal ou informal, o conhecimento flui em todos os lugares da humanidade e o ensino e a aprendizagem estão presentes do nascedouro até o final da existência.

Piaget (2006) enuncia que a maneira de aprender a andar, falar e memorizar o ambiente dá início ao desenvolvimento de uma educação informal, que contribui para a construção do caráter do indivíduo. Esse processo é conceituado como assimilação e acomodação.

Na evolução do aprendizado, a educação a distância no mundo tem sua origem relatada por Gouveia e Oliveira (2006, p. 45):

[...] no século I, a partir das cartas do Apóstolo São Paulo às igrejas ou comunidades cristãs da Ásia. Estas cartas ensinavam normas e condutas religiosas por meio do ensino bíblico. Para Alves (2011, p. 27), provavelmente, muitos registros do início do ensino à distância no Brasil foram perdidos, tendo em vista que os primeiros dados conhecidos são do século XX quando, em 1904, a propaganda de um curso a distância de datilografia foi publicada pelo jornal do Brasil.

As novas tecnologias não devem substituir a atuação docente, mas sim ser um recurso auxiliar e complementar da metodologia adotada pelo professor, que deve se adequar a cada indivíduo.

Renata Aquino Ribeiro, em seu livro *Introdução ao EaD*, assevera que

As metodologias de estudo em EaD são orientadas pelo uso de diferentes tecnologias que exigem uma postura de participação e envolvimento do aluno como protagonista de sua própria aprendizagem, assegurando com isso a sua autonomia no aprendizado (RIBEIRO, 2014, p.11).

A postura do professor de EaD deverá estar sempre voltada à orientação adequada da tecnologia disponível aos seus orientandos. Isto porque, com toda a gama de informações nas mãos, seria muito fácil a utilização dessas informações para usos supérfluos e alienantes, desvirtuando o objetivo do estudo, que é a produção de conhecimento.

Diante de dessa cadeia evolutiva na educação, o Estado não pode ficar alheio, em que a qualificação do servidor/colaborador é fundamental para a excelência do serviço prestado à comunidade. Nesse cenário se enquadra também a classe do policial militar, que por meio de seus gestores e baseada em uma política de Estado voltada ao aprimoramento profissional tem os meios tecnológicos e legais para a manutenção intelectual do seu efetivo, buscando sempre disponibilizar as melhores técnicas operacionais e administrativas disponíveis no mundo.

O ensino na Polícia Militar é disciplinado “intramuros” através da Lei de Organização Básica (LOB) nº 16.575/10 e pela Portaria do Comando Geral nº

330/14, as quais estipulam que os cursos em qualquer modalidade na Corporação terão sua realização determinada pelo Diretor de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR).

A Polícia Militar do Paraná já iniciou os primeiros passos no caminho do ensino a distância, disponibilizando ao efetivo policial nivelamento de conhecimento por intermédio do convênio Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública); com cursos de atualização profissional pelo sistema correcional da PMPR (Polícia Militar do Estado do Paraná) e cursos para integrantes do Corpo de Bombeiros, militares e civis. Atualmente, a PMPR conta com cinco ambientes autônomos, sendo a DEP (Diretoria de Ensino e Pesquisa) intranet; DEP internet, CCB (Comando do Corpo de Bombeiros), COGER (Corregedoria da Polícia Militar do Paraná) e Casa Militar.

Para melhorar o sistema de ensino em ambiente virtual existem estudos na Corporação com a finalidade de buscar recursos através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), um programa desenvolvido pelo Governo do Paraná que busca ampliar a estrutura existente a fim de que os cursos de formação e capacitação também possam ser ofertados via EaD.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais é composto por disciplinas práticas e teóricas, na proporção de 90% de teoria. Para sua admissão, a banca organizadora aplica uma prova objetiva, selecionando os candidatos que obtêm mais de 50% de acerto pelo critério de antiguidade e merecimento.

O curso teve sua primeira turma em 1972 e até hoje formou aproximadamente 30 turmas; possui carga horária atual de 650 horas aulas; desse total, 560 são teóricas e 90 são práticas. No ano de 2020, devido ao cenário pandêmico, o edital disponibilizado para os candidatos aponta que algumas das disciplinas poderão ser ministradas na modalidade a distância.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento de uma pesquisa científica deve ser um processo formal, que objetiva o desdobramento e o aprofundamento de novos conhecimentos acerca de um tema (GIL, 2008). No entanto, é imprescindível o uso de procedimentos metodológicos para comprovação, averiguando se determinada teoria é aplicável na prática ou não, sendo sempre passível de sugestão e melhorias.

Assim, neste tópico apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para que os objetivos aqui traçados pudessem ser alcançados.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objeto de estudos o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná. A escolha dessa instituição se deu pelo fato de ter mais de 166 anos de existência, com planos de carreira e ascensão profissional, e que ainda não aderiu ao sistema EaD nos cursos de formação e aperfeiçoamento.

A unidade de análise é o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, pré-requisito para a progressão na carreira do oficialato na Corporação.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Este estudo é de natureza qualitativa e exploratória; os dados coletados e explorados por meio de entrevistas são descritos e analisados à luz do referencial teórico ora descrito, buscando proporcionar conhecimento sobre o processo de ensino na entidade policial no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Para Silva e Menezes (2005, p.20), nesse tipo de pesquisa

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Na pesquisa qualitativa, o problema é descrito e explorado, sendo possível sua observação, tornando possível o aprofundamento do tema e a análise de melhorias sobre o tema explorado (PRODANOV; FREITAS, 2013). Na pesquisa exploratória, é possível um aprofundamento sobre o assunto, podendo ser realizado por meio de entrevistas, questionários e referencial bibliográfico (SILVA; MENEZES, 2005; PRODANOV; FREITAS, 2013). De acordo com Gil (2008), na pesquisa exploratória se objetiva a modificação de ideias e melhor compreensão do tema objeto de estudo.

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que se busca compreender como ocorre o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná para verificar os benefícios e as dificuldades da implantação do sistema EaD. Para tanto, foram realizadas entrevistas com policiais que cursaram tal curso. Também é exploratória, pois se fez necessário explorar o conhecimento sobre o tema objeto de estudo por meio de entrevistas com oficiais que já realizaram o curso e mediante o referencial teórico ora utilizado.

Com as entrevistas, a finalidade foi conhecer as experiências e as dificuldades dos cursistas na plataforma presencial, bem como a opinião dos entrevistados sobre a aplicação do curso na metodologia de ensino a distância. Os dados foram coletados diretamente no ambiente da polícia militar, permitindo entender os aspectos subjetivos referentes ao tema da pesquisa.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os sujeitos da entrevista são policiais militares que já passaram pelo Curso de Aperfeiçoamento ora descrito, identificados como OF1, OF2, OF3 e OF4.

Os entrevistados possuem nível superior e atuam em uma Unidade da Polícia Militar do Paraná há mais de 20 anos. Apresenta-se o perfil de cada sujeito que fez parte deste estudo.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista, a qual, segundo Silva e Menezes (2005, p. 33), se refere à “[...] obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”. Lakatos e Marconi (2003, p.196) consideram que as entrevistas têm o intuito de compreender o ponto de vista e as vivências dos participantes, sendo “uma conversação face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias”.

A entrevista, na visão de Fontana e Frey (2000, p.650), “se dá em um contexto de interação social, sendo influenciada por tal contexto”. Constitui-se de uma conversa do entrevistador com um único participante por vez, ocasião em que se buscam as opiniões e razões, as motivações e *insights* aprofundados e não completamente estruturados do entrevistado.

Nesta pesquisa, as entrevistas seguiram um roteiro de questões semiestruturadas, elaboradas a partir do referencial teórico apresentado, seguindo os objetivos específicos propostos.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

Os dados são analisados e apresentados com transcrições das respostas dos entrevistados, analisados à luz do referencial teórico, e para completar as informações, dispõe-se de gráficos com as estatísticas do Curso de Aperfeiçoamento dos últimos cinco anos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, versam-se acerca dos resultados e discussão da pesquisa, com os dados coletados via entrevistas realizadas com policiais que cursaram o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Paraná, e os resultados de documentos que apresentam estatísticas relativas aos cursos efetuados nos últimos cinco anos.

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os sujeitos da entrevista foram os capitães da Polícia Militar, atuantes no Estado do Paraná, identificados nesta pesquisa como OF1, OF2, OF3 e OF4. Todos possuem nível superior, alguns com pós-graduação *lato sensu*, e atuam em uma unidade da Polícia Militar do Estado do Paraná há mais de vinte anos.

No Quadro 1 pode ser observado o perfil dos sujeitos desta pesquisa.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Dados Gerais	Oficial 1	Oficial 2	Oficial 3	Oficial 4
Escolaridade	Ensino Superior com especialização	Ensino Superior com especialização	Ensino Superior com Mestrado	Ensino Superior com Doutorado
Idade	45 anos	39 anos	43 anos	45 anos
Gênero	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Tempo de função	29 anos	21 anos	27 anos	26 anos
Ano de realização do curso	2016	2018	2019	2015

Fonte: Autor (2020).

Reitera-se que todos os participantes da pesquisa possuem Ensino Superior completo e especializações, e dois com elevação de carreira em âmbito educacional com diplomas de mestres e doutores dentro da Polícia Militar. Isso favorece um profissional qualificado e bem instruído para sua atuação profissional frente aos desafios que sua carreira exige.

A realização do Curso aconteceu após longos anos de carreira, pois como assinalado, todos possuem mais de 20 anos na Polícia Militar e realizaram o Curso após o ano de 2015.

4.2 DADOS ESTATÍSTICOS DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Foi realizado um levantamento documental juntamente com a Academia de Polícia do Estado do Paraná acerca de dados estatísticos do Curso, número de alunos formados no período de 2015 a 2019, desistências e as mudanças que aconteceram na matriz curricular nos últimos anos.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Paraná teve sua primeira turma em 1972 e até hoje formou aproximadamente 30 turmas, como apontado. Na sequência, abordam-se as mudanças da carga horária no período de 2015 a 2019 (Quadro 2).

Quadro 2 – Carga horária do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no período de 2015-2019

Ano	Carga horário total do curso	Teoria	Prática
2015	504h/a	424h/a	80h/a
2016	600h/a	520h/a	80h/a
2017	600h/a	520h/a	80h/a
2018	650h/a	560h/a	90h/a
2019	650h/a	560h/a	90h/a

Fonte: Academia de Polícia do Estado do Paraná (2020).

A carga horária do Curso foi ampliada no decorrer do período de 2015 a 2019. No ano de 2015, eram 504 horas/aula, chegando, no ano de 2019, a 650h/a, em um aumento de 146 horas/aula na teoria e na prática, pois 90% do curso é teórico e a prática corresponde apenas a 90 horas/aula. Esse fato demonstra assim um quesito importante para o desenvolvimento do curso na estrutura da modalidade a distância ou na modalidade semipresencial.

Um dado relevante é sobre a desistência: no período de 2015 a 2019, não houve desistências nem reprovações. No Quadro 3, é possível visualizar os números de oficiais formados em cada ano e a maior nota obtida pelos participantes.

Quadro 3 – Quantitativo de oficiais formados e maior nota obtida Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no período de 2015-2019 (Obs.: Os dados de 2017 não foram divulgados.)

Ano	Quantidade de Oficiais Formados	Maior Nota Obtida
2015	62	9,787
2016	34	9,922
2018	31	9,908
2019	35	9,827

Fonte: Academia de Polícia do Estado do Paraná (2020).

Nota-se, no Quadro 3, que houve queda na participação no Curso ao se comparar com o ano de 2019, que contou com 35 formandos, ao de 2015, em que 62 oficiais se formaram. O ano de 2018 teve o menor número de formandos, apenas 31 oficiais realizaram o Curso. Esses fatores podem ser múltiplos, como o não desejo de realização do Curso pelos policiais no momento, afastamento familiar e de suas funções, dedicação total que deve acontecer para a realização do curso na cidade de São José dos Pinhais, PR. São fatores relevantes para estudo da viabilidade de realização do curso em formato de EaD para aumento do número de profissionais e elevação do nível de qualificação profissional do policial no exercício de suas funções.

Esses dados são importantes para análise dos motivos pelos quais a realização do Curso na modalidade de EaD semipresencial é viável, pois a academia possui a estrutura para essa metodologia, passível apenas de autorização do Comando Geral e do Estado do Paraná para sua implantação, assim como modificações no regulamento na instituição.

Sinaliza-se que as mudanças já estão ocorrendo: para o ano de 2020, no edital aberto para seleção de oficiais para a realização do Curso constava a possibilidade, devido à pandemia ocasionada pela Covid-19, e parte do curso ser efetuada em metodologia EaD, conforme é possível verificar no Anexo A.

4.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Pelas informações obtidas mediante as entrevistas realizadas com os sujeitos desta pesquisa, efetuou-se a análise de conteúdo à luz do referencial teórico constante no Capítulo 2. Na seção seguinte, apresentam-se as correlações entre a

teoria e a prática relativas aos elementos sobre a viabilidade do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Paraná na modalidade EaD.

Com relação às disciplinas teóricas do Curso, três dos entrevistados relataram que não tiveram dificuldades em sua realização; somente o Oficial 4 respondeu que teve dificuldades na disciplina de Trabalho de Comando. Frisa-se que essa disciplina é uma das constantes no Curso, pois organiza e apresenta metodologias de trabalho a serem aplicadas pelo aluno em sua atuação prática ao comandar uma equipe.

Esse tipo de matéria é fundamental, pois os cursos de aperfeiçoamento da Polícia Militar:

Visam atualizar e ampliar os níveis de conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício e desempenho das diferentes funções institucionais, inclusive daquelas específicas dos oficiais superiores e, de graduações específicas da Corporação (PORTARIA DO COMANDO-GERAL n. 330, p. 07).

No que se refere ao aproveitamento do Curso na atuação prática como policial, as respostas foram excelentes, e apenas um teve como resposta razoável, fazendo compreender que capacitar o profissional é importante para tornar-se um indivíduo.

Nesse âmbito, vale destacar que a educação continuada da equipe facilitará a busca e o aprendizado de novas habilidades e ciências, adaptando-se à realidade com a teoria, levantando-se como hipótese ao problema inicial. Por esse motivo, a participação no Curso para atuação prática deve contribuir para soluções de problemas e na atuação do profissional em seu cotidiano no trabalho no comando.

Convém ressaltar que, para o indivíduo ampliar o seu conhecimento do nível individual para o coletivo, é preciso um ambiente compartilhado para a replicação desse conhecimento como um todo.

No que tange aos pontos positivos e negativos do Curso, o OF1 revela que “O CAO além de ser requisito necessário para a ascensão na carreira, para galgar o posto de Oficial Superior, contribui positivamente com o conhecimento teórico e prático das disciplinas cursadas”. Ou seja, contribui para aprendizagem do indivíduo e para a estrutura organizacional, além da ampliação do conhecimento e aplicabilidade em seu ambiente de trabalho, fazendo com que seus reflexos também sejam para a sociedade, uma vez que prezar pela segurança pública é um dos objetivos norteadores da polícia.

O OF2 descreveu que os pontos positivos são *“Ter tempo para estudar e pensar sobre polícia; Intensificação dos treinamentos físicos com melhora na qualidade de vida; Fortalecimento dos valores e da ética militar e os negativos são a falta de pagamento do auxílio remoção, gerando assim muitas despesas para o aluno do interior; alguns instrutores sem aptidão para ensino”*. De acordo com o relato do oficial que já participou do Curso, a questão financeira também é um dos fatores que podem reduzir o número de participantes, devido à falta de pagamento do auxílio remoção, pois recebe esse auxílio pela remoção do profissional pelo período de seis meses de suas atividades e precisa garantir a manutenção de sua família enquanto ausente. Os pontos positivos apresentados são diversos, porque a melhora ocorre nos campos intelectual e motor, sendo possível o policial melhorar seu condicionamento e sua qualidade de vida com uma alimentação balanceada e controlada devido acompanhamento físico e nutricional no período como cursista.

Nessa direção, Drucker (1998) anuncia que a aprendizagem é fundamental para o progresso da carreira do indivíduo, contribuindo para a aplicação prática dos novos conhecimentos na própria instituição em que está inserido, estratégico para a manutenção e melhoria dos processos operacionais da organização. Assinala-se que o desenvolvimento pessoal do policial na organização traz benefícios nos âmbitos individual e organizacional, contribuindo para as melhorias organizacionais e ampliação dos conhecimentos e saberes necessários a ambos.

Segundo o OF 3, os pontos negativos do Curso são *“Muitas vagas por antiguidade fazem com que alguns Oficiais o façam simplesmente para serem promovidos, sem terem sequer se preparado previamente para o Curso. O nível intelectual médio dos trabalhos e até do aproveitamento do curso cai bastante em razão das vagas de antiguidade”*. Esse fator ocorre devido à própria estrutura da instituição e seu contexto histórico com perfil autoritário, rígido e hierarquizado, resultado da exigência do próprio curso o cumprimento de alguns anos de carreira.

Lembra-se que a Polícia Militar possui vários níveis hierárquicos, e para adentrar na Academia para a primeira instância como Oficial de Polícia, é preciso aprovação em concurso público via vestibular da UFPR, como sinalizado. Após conclusão do curso de formação de oficiais, para galgar postos mais altos da Organização Militar o oficial obrigatoriamente deve realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar (ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ). Assim sendo, a própria instituição exige certo grau de

experiência dos participantes, conforme descrito nos quesitos para realização do Curso, e conseguem cursá-lo aqueles que já possuem certo tempo de carreira e conhecimentos específicos relativos à Polícia Militar.

Conforme o OF4, os pontos positivos e negativos são: *“positivo: pensar a polícia e negativo: curso não é planejado como deveria”*, pensar sobre a polícia, contexto histórico, como o profissional deve problematizar suas ações, contribuindo para melhora da sua prática.

O conhecimento é um agente transformador, tido como resultado da informação e da tomada de decisão. Sem conhecimento não há como sustentar a capacidade de agir em um mundo em contínuas mudanças, com desempenhos considerados primordiais ao desenvolvimento econômico, social e cultural (CARVALHO, 2012). Nessa reflexão, é preciso que os profissionais constantemente se atualizem para firmar o compromisso com a qualidade do serviço prestado à sociedade. Deve-se então pensar em um profissional, globalizado, problematizador, investigador e instigador do conhecimento, formador eficaz de outros profissionais.

Com relação à abordagem sobre a possibilidade do EaD e curso semipresencial, foram diversas as respostas: uns acreditam que aumentaria o número de interessados e de aproveitamento, outros que a formação seria deficitária.

O OF1 declara que *“A maioria das disciplinas teóricas, em princípio, não alteraria. O interessante é que em várias disciplinas tivemos que fazer a apresentação dos temas o que auxilia bastante no ensino aprendizagem”*.

O OF2 revela que sofreriam comprometimento as disciplinas no semipresencial e que o aproveitamento não seria o mesmo, e corroborando com essa afirmação o OF3 responde que *“O aproveitamento seria bastante baixo, pois, pela própria essência da atividade policial e pela dedicação exclusiva ao Estudo, nesse caso específico, teríamos profissionais sendo formados de forma deficiente”*.

Os que já realizaram o curso revelaram que no presencial a dedicação é exclusiva ao aprendizado, e ao se adotar metodologia semipresencial é preciso pensar em formas de tornar esse conhecimento completo e capaz de aperfeiçoar profissionais que contribuam para o processo de atuação de sua equipe nos campos individual e organizacional.

O OF3 complementa que *“O Curso semipresencial também não ofereceria o mesmo desempenho do Curso presencial. Desta forma, se a PMPR deseja formar*

oficiais com nível de excelência, não deveria optar por diminuir a qualidade dos Cursos por ela oferecidos. Seria estimular a mediocridade em detrimento do desenvolvimento dos seus quadros”.

Esses depoimentos revelam que na própria instituição há profissionais que acreditam que a forma de ensino não deve ser alterada, pois isso prejudicaria o grau de excelência oferecida. Vale destacar que já há uma metodologia de ensino a distância adotada em todo o mundo, e principalmente em tempos pandêmicos, em que não há precisão de quando os encontros presenciais com certo número de pessoas poderão retornar, novas formas de ensinar e aprender foram utilizadas, e a polícia militar não deve ficar sem capacitação. Desse modo, novas formas de ensino devem fazer parte do atual contexto.

São diversas as alterações, inclusões e novas tendências para adoção de métodos inovadores em relação ao ensino e aprendizagem que buscam novas técnicas e estratégias capazes de melhorar os resultados da aprendizagem, favorecendo a formação de indivíduos com pensamentos críticos-reflexivos, capazes de pensar suas ações e escolhas e transformar seu contexto (FERREIRA et al., 2018).

O OF4 acredita que a modalidade semipresencial *“não traz comprometimento para o curso e seria muito melhor”.*

Brandão (1995, p. 98) assevera que a educação se utiliza de diversas tecnologias para sua construção, mas o relacionamento interpessoal, as trocas de informações e de conhecimento se fundem com o processo do aprendizado. De maneira formal ou informal o conhecimento acontece em todos os lugares da humanidade, por isso se deve pensar em maneiras de ensino e aprendizagem mais satisfatórias possíveis a fim de não tornar o conhecimento dos policiais deficitário.

Constatou-se, com os dados das entrevistas, que um dos motivos da baixa adesão ao Curso é o afastamento familiar. O OF1 relata que *“O afastamento familiar foi um fator muito importante. Já o afastamento da função, interfere menos, pois tivemos a oportunidade de nos dedicarmos exclusivamente ao Curso”.* O OF2 apresenta que a questão familiar não interfere, mas sim a falta de apoio financeiro para deslocamento para visita à família.

O OF3 argumenta que *“O bom militar sente a falta da família, mas tem condições de colocar 100% do seu tempo nos estudos e usar esse fator como motivação, conseguindo um aproveitamento acima da média. Infelizmente o Curso*

sempre será mais árduo para os Oficiais que estão no trabalhando no Interior, que já possuem um histórico cultural de falta de apoio institucional”, demonstrando que o apoio e incentivo da instituição são fatores também determinantes para opção de realização do curso.

Observam-se alguns fatores que levam a baixa procura de inscritos para o Curso em comparação aos anos de 2015 a 2019 e a visão daqueles que já o realizaram, indicando seus pontos positivos e negativos e os pontos de vistas diversos sobre a realização do curso na modalidade EaD. Todavia, defende-se que em tempos pandêmicos essa modalidade é uma das únicas maneiras de continuar o processo de capacitação profissional dos policiais, uma vez que suspensos diversos eventos e cursos presenciais devido à não aglomeração.

Reitera-se o fato de que o edital de 2020 prevê algumas disciplinas na modalidade a distância, as que não necessitam de atividade prática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tratou-se sucintamente de como foi constituída a instituição da Polícia Militar no Estado do Paraná desde os tempos do Império até os dias atuais. Abordaram-se as capacitações necessárias para o progresso de carreira do policial e seu aperfeiçoamento, e de forma específica discorreu-se sobre o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Paraná e suas possibilidades para parte do curso ser ofertado via EaD, pois a maioria da carga horária do curso é teórica, e apenas 90 de suas 650 horas são práticas.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com quatro oficiais que efetuaram o Curso entre os anos de 2015 e 2020. O perfil desses sujeitos, como pontuado, é o dos que possuem mais de 20 anos de carreira na Polícia, com curso superior completo, especialização, e alguns com mestrado e doutorado.

Nas entrevistas, semiestruturadas, os entrevistados puderam contribuir com suas experiências, apontando os pontos positivos e negativos do Curso por eles realizado e também sua opinião sobre a modalidade semipresencial. Realça-se que de todos os entrevistados, apenas um relatou que seria interessante a adoção da metodologia semipresencial, os demais acreditam que nessa modalidade o Curso se tornaria deficiente pelo fato de o aluno não se dedicar integralmente, haja vista as atribuições rotineiras da atuação profissional.

Entre as dificuldades da realização do Curso na modalidade presencial, foi apontado o fato de o policial ter que ficar afastado de suas funções e de sua família, sendo inclusive um dos motivos para a não adesão por muitos, assim como a falta de pagamento de auxílio durante o período de seis meses afastados.

A literatura e o levantamento teórico para este estudo indicam que na modalidade a distância é possível atingir os níveis de aprendizagem esperados. Para tanto, a metodologia deve ser elaborada, assim como haver acompanhamento e avaliação planejados e contínuos.

Reitera-se a atualidade e a importância desta pesquisa, pois durante sua elaboração no edital do Curso referido para o ano de 2020 prevê a oferta de algumas disciplinas a distância devido ao cenário do novo coronavírus. Portanto, julga-se que o presente estudo atingiu os objetivos propostos. Para pesquisas

futuras, sugere-se um levantamento dos custos de implantação da modalidade semipresencial no Curso de Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. **Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 10, p. 83-92, 2011.
- ANGELONI, M. T. (Coord.) **Organizações do conhecimento: infraestrutura, pessoas, tecnologias**. São Paulo: Saraiva 2002.
- ANTUNES, Major RR. **Polícia Militar do Paraná**. 2020. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Historico>> Acesso em: 10 jun. 2020.
- BALBINO, Alexandre de Oliveira. **Aplicação do Ensino a Distância na Formação dos Cursos de Cabos e Sargentos da Polícia Militar do Paraná**. Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhás, CAO 2012.
- BAUMEL, Luiz Fernando Silva. **Projeto Implementação do Ensino à Distância no Corpo de Bombeiros do Paraná**. São José dos Pinhás. APMG, Cas 2010.
- BÍBLIA, A. T. Genises. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamento**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida. 2008.
- BRANDÃO. Carlos R. **O que é educação**. 33ª Ed. Brasiliense, São Paulo. 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 210.
- CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no Ensino Superior**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Fabio. **Gestão do Conhecimento**. 1.ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas Polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FERNANDES (ORG), Maria Lídia Bueno. **Educação a Distância no Ensino Superior: Interlocação, Interação e reflexão sobre a UAB na UnB**. Brasília: Universidade de Brasília. 2012.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. **Educação a Distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MAIA, Carmem e MATTA, João. **ABC da EaD**. 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

NOVACH, José Osmar; MARCHETTI, Renato; SOUZA, Valmir de. *Uma proposta de implantação de um Sistema de Instrução à Distância na PMPR*. TCC, Unioeste, Foz do Iguaçu, PR, 2006.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

PRIMO, Paulo Kloster. **ENSINO A DISTÂNCIA – Uma alternativa viável e econômica**. Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhás, CAO 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013

RIBEIRO, Renata Aquino, **Introdução à EaD**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante. 2006.

TIDD, Joe; BESSANT, John **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

Pesquisa para a Monografia de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – EaD UTFPR, por meio de um questionário, objetivando demonstrar a viabilidade do EaD nos cursos de aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná

Local da Entrevista: Campo Mourão – Paraná Data: 22/07/2020

Parte 1: Perfil do Entrevistado

Sexo : () Feminino () Masculino

Grau de Instrução: () Ensino Médio Completo () Ensino Superior
() Especialização () Mestrado () Doutorado

Idade: _____ Tempo de polícia: _____

Em qual ano realizou o curso de aperfeiçoamento de oficiais: _____

Parte 2: Questões

Houve alguma disciplina que teve maior dificuldade? Se sim, qual?

Qual foi o aproveitamento do curso na sua atuação prática como policial?

Depois de quanto tempo de atuação como policial realizou o curso?

Quais são os pontos positivos e negativos na sua visão a respeito do curso de aperfeiçoamento de oficiais?

Com sua experiência, você acredita que o curso sendo EaD as disciplinas teóricas sofreria algum comprometimento do aproveitamento das disciplinas?

Você acredita que o aproveitamento seria o mesmo com o oferecimento do curso na modalidade semipresencial?

A questão do afastamento familiar e do afastamento das funções foram os fatores que mais interferem na realização do curso? Tem outros fatores?

ANEXO

ANEXO A – EDITAL DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DO ANO DE 2020



1

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
COMANDO-GERAL

Nota nº E00161 – SCI
Para o Boletim Geral

Em 09 jul. 20.

CONCURSO AO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO
TURMA 2020

EDITAL nº 001 - ABERTURA DO CERTAME

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 1º do Decreto Estadual nº 6.782, de 3 de maio de 2017, o artigo 4º do Decreto Estadual nº 7.339, de 8 de junho de 2010 (RISG/PMPR), torna público o Edital Inaugural do processo seletivo para frequência ao **Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) - Turma 2020**, conforme segue:

1. DADOS SOBRE O CURSO:

a. Informações gerais:

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – TURMA 2020	
Início previsto do Curso*	22 set. 20
Previsão da Formatura	A definir
Local de funcionamento (Base)**	APMG
Número de vagas	35 (trinta e cinco)

* A data prevista para início do Curso está condicionada à efetiva liberação de recursos financeiros para o atendimento das despesas relativas às Parcelas Transitórias pelo Exercício de Ensino nas Escolas de Polícia (PTEEEP), bem como as relacionadas as restrições impostas pela Pandemia de COVID-19.

** Poderão ocorrer atividades, aulas, instruções e deslocamentos para outras localidades além da Academia Policial Militar do Guatupê.

b. Distribuição de vagas:

Nº	POSTO/QUADRO	CRITÉRIOS DAS VAGAS	
		ANTIGUIDADE	MERECIMENTO
1	Capitão QOPM	10 (dez)	10 (dez)
2	Capitão QOBM	3 (três)	3 (três)
3	Capitão QEOPM	02 (duas)	02 (duas)
4	Capitão QOS Médico	01 (uma)	01 (uma)
5	Capitão QOS Dentista	01 (uma)	-
6	Capitão QOS Bioquímico	01 (uma)	-
7	Outras PPMM	01 (uma)	
TOTAL VAGAS		35 (trinta e cinco)	



2

2. FASES DA SELEÇÃO:

O presente concurso compreenderá as seguintes fases:

- 1ª Fase – Período de Inscrições;
- 2ª Fase – Exame Intelectual (EI);
- 3ª Fase – Exames de Saúde (ES);
- 4ª Fase – Teste de Aptidão Física (TAF);
- 5ª Fase – Indicação dos aprovados para frequência ao curso.

3. DAS INSCRIÇÕES, VALIDAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – 1ª FASE:

- a. Todo o processo de inscrição é de **responsabilidade** do candidato. Ao serem constatadas incorreções ou omissões no preenchimento dos dados da inscrição, a qualquer momento do processo seletivo, estas poderão acarretar em desclassificação do candidato;
- b. A inscrição se dará em 4 (quatro) etapas:
 - 1ª – preenchimento da ficha de inscrição no sistema eletrônico;
 - 2ª – entrega da ficha de inscrição impressa na Seção de Pessoal (P/1-B/1), ou equivalente da Unidade do candidato, para devida análise e validação;
 - 3ª - validação dos dados pela Seção de Pessoal (P1/B1);
 - 4ª - homologação das inscrições validadas.

3.1 Requisitos para Inscrição:

- a. Ser Capitão dos Quadros QOPM, QOBM, QEOPM ou QOS;
- b. Não estar submetido a Conselho de Justificação;
- c. Não estar preso em Flagrante Delito, provisoriamente, cumprindo sentença e nem estar incurso nas hipóteses de prisão civil;
- d. Não estar respondendo a processo criminal, comum ou militar, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória, em razão de crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação ou que afetem a honra militar, o pundonor militar ou o decore da classe. Compete exclusivamente à Comissão de Promoção de Oficiais, mediante requerimento formulado pelo candidato, dentro do prazo regulamentar estabelecido na Portaria do Comando-Geral nº 505, de 29 de abril de 2009, e demais legislação correlata, proceder à avaliação do caso concreto, manifestando-se, mediante decisão fundamentada irrecorrível, sobre a incidência ou não das referidas restrições, assegurando-se a ciência ao interessado.

- m. O presente concurso destina-se ao preenchimento das vagas do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná – CAO - Turma 2020, e demais vagas eventualmente ofertadas para CAO ou equivalente em outras Polícias/Bombeiros Militares dos Estados da Federação ou outros Países, que

or: **Coronel Qopm Pericles de Matos** em 09/07/2020 15:00. Inserido ao protocolo **16.548.151-8** por: **Sd. Qpm 1-0 José de Matos Pereira** em: 09/07/2020 11:20. O documento foi assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do com o código: **e19cee0edfbf372d33f3cf1e54002185**.



16

venham a ser disponibilizadas à PMPR e terá validade até a data de lançamento/publicação (intranet) de novo Edital de abertura de processo seletivo para CAO na PMPR.

- r. A realização do curso poderá ocorrer na modalidade presencial ou à distância devendo ser transmitidas de forma síncrona, desde que os recursos financeiros para o atendimento das despesas já estejam liberados.
- s. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê.

Coronel QOPM Péricles de Matos,
Comandante-Geral da PMPR.

or: **Coronel Qopm Pericles de Matos** em 09/07/2020 15:00. Inserido ao protocolo **16.548.151-8** por: **Sd. Qpm 1-0 José de Matos Pereira** em: 09/07/2020 11:20. O documento foi assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do com o código: **e19cee0edfbf372d33f3cf1e54002185**.
